



UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Atuação:** A Corretora opera principalmente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e conduz as suas operações por meio de uma sólida gestão de riscos. **Gerenciamento de riscos:** A Corretora tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Corretora. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Corretora, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, liquidez, crédito, operacional e demais riscos relevantes não cobertos na apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco), além de área específica para riscos de corretora. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração bem como o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das suas interações são materializados através dos relatórios de monitoramento, do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos, da Declaração de Apetite aos Riscos e do Programa de Testes de Estresse. **Continuidade de Negócio:** A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para seu retorno ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio. O UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Ouvidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.433. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		573.387	334.679	Circulante		514.543	243.599
Disponibilidades	4	163	581	Outras Obrigações		514.543	243.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez		52.114	67.020	Fiscais e previdenciárias	9	14.856	6.757
Aplicações no mercado aberto	5	52.114	67.020	Negociação e intermediação de valores	7	446.376	194.586
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	53.226	58.184	Diversas	9	53.311	42.256
Carteira própria		6.544	15.819	Exigível a longo prazo		36.581	33.292
Vinculados à prestação de garantias		46.682	42.365	Outras Obrigações		36.581	33.292
Outros créditos		466.444	207.681	Diversas	9	36.581	33.292
Rendas a receber		4	9	Patrimônio Líquido		205.772	197.319
Negociação e intermediação de valores	7	446.883	194.412	Capital Social		231.889	231.889
Diversos	8	19.557	13.260	Ajuste de avaliação patrimonial		11	17
Outros valores e bens		1.440	1.213	Prejuízos acumulados		(26.128)	(34.587)
Despesas antecipadas		1.440	1.213				
Realizável a longo prazo		182.972	138.558				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	154.934	107.593				
Vinculados à prestação de garantias		154.934	107.593				
Outros créditos		28.034	30.965				
Negociação e intermediação de valores	7	29	22				
Diversos	8	28.005	30.943				
Outros valores e bens		4	-				
Despesas antecipadas		4	-				
Permanente		537	973				
Investimentos		-	-				
Outros investimentos		130	130				
(-) Provisão para perdas		(130)	(130)				
Imobilizado de Uso		491	890				
Outras imobilizações de uso		9.734	9.674				
(-) Depreciações acumuladas		(9.243)	(8.784)				
Intangível		46	83				
Intangível		4.165	4.165				
(-) Amortizações acumuladas		(4.119)	(4.082)				
Total do Ativo		756.896	474.210	Total do Passivo		756.896	474.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		158.306	(94)	(28.484)	129.728
Aumento de capital	12	73.583	-	-	73.583
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	111	-	111
Prejuízo do exercício		-	-	(6.103)	(6.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		231.889	17	(34.587)	197.319
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	(6)	-	(6)
Lucro líquido do exercício		-	-	8.459	8.459
Saldo em 31 de dezembro de 2018		231.889	11	(26.128)	205.772
Saldo em 30 de junho de 2018		231.889	(1)	(27.258)	204.630
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	12	-	12
Lucro líquido do semestre		-	-	1.130	1.130
Saldo em 31 de dezembro de 2018		231.889	11	(26.128)	205.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcios com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, intermediar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisões para contingências, crédito tributário, outras provisões e determinação de vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de março de 2019. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão de desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dessa valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude da

entidade utilizá-los na sua gestão de caixa. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. e) **Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. f) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. g) **Permanente: Investimentos** - representados, substancialmente, por investimentos em incentivos fiscais e provisionado perda de 100%. **Imobilizado de uso** - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. **Intangível** - são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por *softwares*, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. h) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) **Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. A provisão para imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída a alíquota de 15% (20% em 2017). Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06 do CMN. **Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):** são calculados sobre as receitas da Corretora, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. **Impostos Sobre Serviços (ISS):** são calculados com base nas receitas sobre prestação de serviços à alíquota de 5%. j) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. k) **Passivos e ativos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC aprovado na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo:

Demonstração do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2º Semestre			
	Notas	2018	2017	
Receitas de intermediação financeira		8.121	16.778	23.175
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		8.118	16.772	23.171
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		3	6	4
Resultado bruto da intermediação financeira		8.121	16.778	23.175
Outras receitas/despesas operacionais		(2.149)	6.312	(28.728)
Receitas de prestação de serviços	14	83.250	179.189	127.062
Despesas de pessoal	15	(29.016)	(70.031)	(63.890)
Outras despesas administrativas	16	(50.681)	(92.627)	(83.543)
Despesas tributárias	17	(8.976)	(19.578)	(22.036)
Outras receitas operacionais	18	5.098	13.356	20.072
Outras despesas operacionais	19	(1.824)	(3.997)	(6.393)
Resultado operacional		5.972	23.090	(5.553)
Resultado não operacional		-	-	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.972	23.090	(5.552)
Imposto de renda e contribuição social	11	(4.842)	(14.631)	(551)
Provisão para Imposto de renda corrente		(3.137)	(5.810)	(242)
Provisão para Contribuição social corrente		(2.559)	(4.708)	(213)
Ativo fiscal diferido		854	(4.113)	(96)
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		1.130	8.459	(6.103)
Nº de ações		28.962.150	28.962.150	28.962.150
Lucro líquido (prejuízo) por ação		0,04	0,30	(0,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2º Semestre			
	Notas	2018	2017	
Atividades operacionais				
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		1.130	8.459	(6.103)
Ajustes que afetam o caixa				
Atualização de depósito judicial		(546)	(1.069)	(1.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(854)	4.113	96
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	1.646	2.070	2.999
Atualização de passivos contingentes	10	627	1.219	2.837
Provisões para bônus		10.387	24.907	20.955
Reversão de provisão para bônus		-	(20.957)	(20.711)
Provisão de EOP e DCCP		8.982	10.888	10.062
Reversão de provisão de EOP e DCCP		(1.410)	(7.120)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM disponível para venda		12	(6)	111
Depreciações e amortizações		232	496	2.297
Imposto de renda e contribuição social		5.696	10.518	455
Lucro ajustado no semestre/exercícios		25.902	33.520	11.415
Variações em de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários e derivativos		(16.075)	(42.383)	(71.869)
Outros créditos		27.687	(258.876)	24.628
Outros valores e bens		(388)	(231)	(48)
Outras obrigações		(38.708)	252.706	(42.369)
		(27.484)	(48.784)	(89.658)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(1.582)	(15.264)	(78.243)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição/baixa de imobilizado		-	(60)	(43)
Aquisição/baixa de intangível		-	-	(42)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(60)	(85)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	-	73.583
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	73.583
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(1.582)	(15.324)	(4.745)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		53.859	67.601	72.346
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	52.277	52.277	67.601
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(1.582)	(15.324)	(4.745)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos:** são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base na taxa do órgão receptor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos

continua

continuação **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. m) Resultado por ação: A Corretora efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, ao final do exercício. 4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2018	2017
Disponibilidades		
Depósitos bancários	163	581
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras do Tesouro Nacional	52.114	67.020
	52.277	67.601

	2018		2017	
	Vencimento	Valor de custo/curva atualizado	Valor de mercado	Valor de custo/curva atualizado
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	6.544	6.544	15.819
Vinculados à prestação de garantia:				
Letras Financeiras do Tesouro	Até 365 dias	14.425	14.425	12.051
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	154.916	154.934	107.560
FILCB Multimercado	-	32.257	32.257	30.315
		208.142	208.160	165.745

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 11 (R\$ 17 em 2017). Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. No exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários. Os títulos vinculados à prestação de garantias são segregados entre ativo circulante e não circulante, em virtude das garantias para as transações com os participantes da UBS Corretora. 7. Outros créditos e outras obrigações - negociação e intermediação de valores:

	2018	2017
Ativo circulante		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores		
Caixa de registro e liquidação	-	15.449
Devedores conta liquidações pendentes	415.023	166.206
Operações com mercado e ativos financeiros	31.860	12.757
	446.883	194.412
Ativo realizável a longo prazo		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores		
Operações de intermediação de swap	29	22
	29	22
Passivo circulante		
Outras obrigações:		
Negociação e intermediação de valores		
Caixa de registro e liquidação	236.754	-
Comissões e corretagens a pagar	2.506	506
Credores conta liquidação pendente	207.116	194.080
	446.376	194.586

10. Passivos e ativos contingentes e obrigações legais: O saldo das provisões constituídas e a movimentação no exercício foram:

	2018		2017	
	Saldo inicial 31/12/2017	Adições/baixas à provisão	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2018
Impostos e contribuições contingentes				
COFINS (1)	8.256	685	387	9.328
PIS (2)	1.475	-	50	1.525
CSLL 9/15% (3)	7.999	(1.095)	294	7.198
CSLL 9/20% (4)	536	2.588	76	3.200
IRPJ e CSLL (5)	7.069	-	218	7.287
IRPJ e CSLL (6)	6.339	-	194	6.533
Outros - INSS	191	-	-	191
	31.865	2.178	1.219	35.262
Trabalhista	611	(199)	-	412
Cível	816	91	-	907
	1.427	(108)	-	1.319
Total	33.292	2.070	1.219	36.581

(1) COFINS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91. Em junho de 2013 a Liminar foi cassada e foi efetuado depósito judicial em relação ao tributo em discussão. (2) PIS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS). Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei nº 9.701/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar nº 07/70. Em agosto de 2017 o tribunal emitiu acórdão dando ganho de causa parcial a PGFN, desta forma, com base nesta decisão, foi realizado o pagamento do tributo. (3) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. (4) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis 13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. (5) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da BM&F, acrescido de juros e multa. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13/97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a Administração, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente pela Administração. (6) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da Bovespa, acrescidos de juros e multa, às quais não foi determinada pela Justiça a realização do depósito judicial. Ativos contingentes - no exercício não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possui processos classificados pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões:

	Quantidade	2018	2017
Processos administrativos:			
• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre desmutualização da antiga Bovespa	2	14.143	14.143
• Demais processos administrativos	7	6.731	6.686
Ações trabalhistas	2	518	460
Ações cíveis	8	1.473	1.389
		22.865	22.678

11. Imposto de renda e contribuição social: a) A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Vencimento	2018	2017
Aplicações em operações compromissadas			
Letras do Tesouro Nacional	Até 90 dias	52.114	67.020
		52.114	67.020

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

	2018		2017	
	Vencimento	Valor de custo/curva atualizado	Valor de mercado	Valor de custo/curva atualizado
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	6.544	6.544	15.819
Vinculados à prestação de garantia:				
Letras Financeiras do Tesouro	Até 365 dias	14.425	14.425	12.051
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	154.916	154.934	107.560
FILCB Multimercado	-	32.257	32.257	30.315
		208.142	208.160	165.745

8. Outros créditos - diversos:

	2018	2017
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	152	117
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 b)	10.819	9.720
Impostos a compensar	7.021	1.751
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 13)	17	-
Valores a ressarcir	1.548	1.672
	19.557	13.260
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 b)	-	5.212
Depósito judicial (Nota 10)	28.005	25.731
	28.005	30.943

9. Outras obrigações:

	2018	2017
Circulante		
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro	7.929	338
Impostos e contribuições a recolher	6.920	6.405
Impostos e contribuições diferidos	7	14
	14.856	6.757
Diversas		
Provisão de pagamentos a efetuar		
Despesas de pessoal	43.220	37.330
Outras despesas administrativas	434	194
Outros pagamentos	1.330	712
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 13)	7.951	3.506
Credores diversos - país		
Contas a pagar - despesas administrativas	376	514
	53.311	42.256
Exigível a longo prazo		
Diversas		
Impostos e contribuições contingentes (Nota 10)	35.262	31.865
Provisão para passivos contingentes (Nota 10)	1.319	1.427
	36.581	33.292

	2018		2017	
	Saldo inicial 31/12/2017	Adições/baixas à provisão	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2018
Impostos e contribuições contingentes				
COFINS (1)	8.256	685	387	9.328
PIS (2)	1.475	-	50	1.525
CSLL 9/15% (3)	7.999	(1.095)	294	7.198
CSLL 9/20% (4)	536	2.588	76	3.200
IRPJ e CSLL (5)	7.069	-	218	7.287
IRPJ e CSLL (6)	6.339	-	194	6.533
Outros - INSS	191	-	-	191
	31.865	2.178	1.219	35.262
Trabalhista	611	(199)	-	412
Cível	816	91	-	907
	1.427	(108)	-	1.319
Total	33.292	2.070	1.219	36.581

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	23.090	23.090	(5.552)	(5.552)
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	2.089	2.089	3.275	3.275
Provisão contingências PIS e COFINS	685	685	2.216	2.216
Reversão Contingência PIS				
Repique	-	-	(10.658)	(10.658)
Provisão de EOP e DCCP	10.888	10.888	10.062	10.062
Reversão de provisão de EOP e DCCP	(7.120)	(7.120)	-	-
Provisão para bônus	24.907	24.907	20.955	20.955
Reversão de provisão para bônus	(20.955)	(20.955)	(20.711)	(20.711)
Atual. passivos fiscais contingentes	1.219	1.219	2.837	2.837
Provisão/(reversão) trabalhista e cível	(108)	(108)	682	682
Atualização de depósitos judiciais	(1.069)	(1.069)	(1.583)	(1.583)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	33.626	33.626	1.523	1.523
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa IRPJ e CSLL	(10.088)	(10.088)	(457)	(457)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	23.538	23.538	1.066	1.066
Alíquota de 15% para IR e 20% para CS	(3.531)	(4.708)	(160)	(213)
Adicional de 10% de IR	(2.329)	-	(82)	-
(-) Incentivos fiscais	50	-	-	-
Total	(5.810)	(4.708)	(242)	(213)
Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos				
Créditos tributários constituídos no exercício	6.762	4.057	8.296	6.636
Créditos tributários realizados no exercício	(8.296)	(6.636)	(8.349)	(6.679)
Total dos impostos e contribuições diferidos	(1.534)	(2.579)	(53)	(43)

b) Créditos tributários: Composição dos créditos tributários:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos				
Base de cálculo:				
Provisão para bônus no exercício	24.907	24.907	20.955	20.955
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulada no exercício	2.139	2.139	12.227	12.227
Base de cálculo:	27.046	27.046	33.182	33.182
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 15% para CS (20% em 2017)	4.057	4.057	4.977	6.636
Adicional de 10% de IR	2.705	-	3.318	-
Total	6.762	4.057	8.296	6.636

Os créditos tributários apresentaram no exercício a seguinte movimentação:

	31/12/2017	Consti- tuição	Reversão/ utilização	31/12/2018
Provisão para bônus	9.430	9.963	(9.430)	9.963
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	5.502	-	(4.646)	856
Total	14.932	9.963	(4.076)	10.819

A previsão de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	2019	Total
Créditos tributários - Provisão para bônus	9.963	9.963
Créditos tributários - Prejuízo Fiscal 2016	856	856
Total	10.819	10.819

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a ativação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aferirá lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, correspondem a R\$ 10.590 (R\$ 13.944 em 2017). A Corretora possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R\$ 14.632 (R\$ 14.981 em 2017). 12. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social de R\$ 231.889 está representado por 28.962.150 ações nominativas ordinárias, subscritas por uma acionista domiciliada no país. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2017, homologada pelo BACEN em 11 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$73.583, mediante emissão de 10.481.872 ações ordinárias. Dividendos mínimos: Os acionistas terão dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. Reserva de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. Juros sobre capital próprio: Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. 13. Partes relacionadas: Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por: a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2018	2017	2018	2017
Valores a receber de sociedades ligadas:				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (3)	17	-	1.075	1.241
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. (3)	-	-	4.852	5.034
Valores a pagar a sociedades ligadas:				
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (3)	-	(121)	(1.179)	(1.683)
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. (3)	(7.951)	(2.977)	(56.850)	(48.476)
UBS AG Stamford (1)	-	(408)	(1.573)	(3.244)
Negociação intermediação de valores:				
Devedores conta liquidação pendentes (2)	1.397	80.864	-	-
Comissões e corretagens a pagar (1)	(2.506)	(506)	-	-
Credores conta liquidação pendentes (2)	(37.715)	(18.558)	-	-

(1) UBS AG Stamford, UBS Limited e UBS LLC. (2) Sociedades ligadas (basicamente UBS AG, London Branch). (3) Montante referente a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS Brasil. b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as pessoas-chave da Administração foram remuneradas, como segue:

	2018	2017
Remuneração fixa	1.056	1.096
Bônus	2.608	2.455
Encargos sociais	1.111	1.182
Total	4.775 </	

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.			
17. Despesas tributárias:			
	2º Semestre	2018	2017
Despesas com impostos sobre serviços-ISS	4.163	8.960	6.354
Despesas de contribuição social - COFINS	3.661	7.852	6.014
Despesas de contribuição - PIS	595	1.276	7.580
Outros	557	1.490	2.088
Total	8.976	19.578	22.036
18. Outras receitas operacionais:			
	2º Semestre	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	244	381	749
Atualização de depósito judicial	546	1.069	1.583
Reversão de provisão de bônus e DCCP	1.410	1.528	587
Reversão de provisão processos judiciais - civil e trabalhista	502	502	-
Reversão de provisão de PIS contingência (fiscal)	-	-	10.658
Reversão de provisão processo trabalhista	-	240	-
Recuperação de encargos e despesas - Intercompany ⁽¹⁾ (Nota 13)	2.237	5.927	6.275
Reversão de provisão - Intercompany de exercícios anterior	-	3.372	-
Outras	159	337	220
Total	5.098	13.356	20.072

(1) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.

Bruno Costa Barino - Diretor

Ivânia Gomes Vilela - CRC-1SP189400/O-9

Aos Acionistas e aos Administradores da

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019.


ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
 Contador
 CRC-1SP172167/O-6
CONSTRUTORA ANASTACIO SA

CNPJ nº 43.438.001/0001-25

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Balanço Patrimonial		Passivo	Demonstração do Resultado do Exercício	
	2018	2017		2018	2017
Ativo	17.197.899,13 D	19.268.990,21 D	Passivo	17.197.899,13 C	19.268.990,21 C
Ativo Circulante	14.846.784,66 D	14.928.812,55 D	Passivo Circulante	2.213.525,01 C	2.256.112,09 C
Disponibilidades	9.738.408,57 D	11.529.385,43 D	Exígível A Curto Prazo	2.213.525,01 C	2.256.112,09 C
Bens Numerários	536,77 D	536,77 D	Fornecedores Analiticamente	398.273,10 C	318.413,65 C
Bancos	404.972,39 D	459.385,83 D	Obrigações Tributárias - Federais	1.089.960,14 C	1.160.295,09 C
Aplicações Financeiras	9.332.899,41 D	11.069.462,83 D	C.S.L.L. - a Pagar	286.269,70 C	305.156,42 C
Realizável a Curto Prazo	5.108.376,09 D	3.399.427,12 D	COFINS - a Pagar	86.504,80 C	119.715,46 C
Clientes	4.605.426,30 D	3.020.673,68 D	I.R.P.J. - a Pagar	696.783,91 C	709.029,98 C
Outros Créditos	311.407,19 D	134.181,00 D	P.I.S. - a Pagar	18.742,70 C	25.938,35 C
Impostos Retidos	181.327,95 D	236.679,04 D	INSS Retido sob Serviços Tomados	812,88 C	12,34 C
Impostos a Recuperar	10.214,65 D	7.893,40 D	PIS/COFINS/CSLL		
Realizável a Longo Prazo	346.656,73 D	350.491,77 D	Retidos sob Serviços Tomados	846,15 C	442,54 C
Valores a Recuperar a Longo Prazo	346.656,73 D	350.491,77 D	Obrigações Tributárias - Municipais	144.550,09 C	199.941,78 C
Depósitos e Cauções	34.656,73 D	38.491,77 D	I.S.S. - a Pagar	144.174,69 C	199.525,78 C
Créditos e Valores	312.000,00 D	312.000,00 D	I.S.S. - a Pagar sob NF Serviços Tomados	375,40 C	416,00 C
Ativo Permanente	2.004.457,74 D	3.989.685,89 D	Obrigações Sociais	316.331,60 C	282.028,23 C
Investimentos	1.802.626,89 D	3.462.727,26 D	Férias - a Pagar	27.528,00 C	0,00
Outros Investimentos	1.802.626,89 D	3.462.727,26 D	Indenizações Trabalhistas - a Pagar	16.933,03 C	0,00
Ativo Imobilizado	201.830,85 D	526.958,63 D	Pensão Alimentícia - a Pagar	2.495,84 C	258,64 C
Equipamentos	1.174.078,94 D	1.174.078,94 D	Retirada de Pró-Labore - A Pagar	1.698,00 C	1.668,00 C
Máquinas e Veículos	8.929.548,92 D	9.491.548,92 D	Salário Funcionários - a Pagar	267.676,73 C	280.101,59 C
Informática	78.741,39 D	78.741,39 D	Obrigações Tributárias - Sociais	222.198,68 C	242.328,99 C
Móveis e Utensílios	63.941,40 D	63.941,40 D	F.G.T.S. sob Salário - a Pagar	45.180,04 C	54.404,86 C
Depreciação Acumulada Equipamentos	1.159.951,71 C	1.066.191,63 C	I.N.S.S. sob Salário - a Pagar	170.657,05 C	173.365,95 C
Depreciação Acumulada Máquinas e Veículo	8.743.871,55 C	9.065.380,55 C	I.R.R.F. Funcionários - a Pagar	4.613,21 C	13.459,69 C
Depreciação Acumulada de Informática	78.741,39 C	89.834,65 C	Contribuição Sindical Empregados	1.641,80 C	1.027,30 C
Depreciação Acumulada Móveis e Utensílio	61.915,15 C	59.945,19 C	I.R.R.F. sob Serviços Tomados	106,58 C	71,19 C
Total do Ativo	17.197.899,13 D	19.268.990,21 D	Provisões	42.211,40 C	53.104,35 C
			Provisão - Férias	42.211,40 C	53.104,35 C
Receitas	2018	2017	Patrimônio Líquido	14.984.374,12 C	17.012.878,12 C
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.804.546,32	35.613.030,67	Capital Próprio	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS, IPI...)	(2.418.587,03)	(2.680.022,65)	Capital Social Integralizado	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(2.418.587,03)	(2.680.022,65)	Capital Subscrito	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	(6.323.984,03)	(6.607.566,37)	Reservas	11.984.374,12 C	14.012.878,12 C
Valor Adicionado Bruto	25.061.975,26	26.325.441,65	Lucros ou Prejuízos Acumulados	24.000.557,22 C	15.736.209,04 C
Retenções			Adiantamento de Lucro aos Sócios	6.516.183,10 D	1.363.330,92 D
Depreciação,			Adiantamento de Lucro aos Usufrutuários	5.500.000,00 D	360.000,00 D
Amortização e Exaustão	(325.127,78)	(558.631,83)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.197.899,13 C	19.268.990,21 C
Despesas Financeiras	(12.532,50)	(14.576,84)	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	24.724.314,98	25.752.232,98	Capital Subscrito	3.000.000,00	3.000.000,00
Valor Adicionado Recebido em Transferência			Lucros Acumulados	14.012.878,12	17.012.878,12
Receitas Financeiras	850.027,66	558.189,56	Saldos em 31/12/2017	3.000.000,00	14.012.878,12
Valor Adicionado Total a Distribuir	25.574.342,64	26.310.422,54	Lucro Líquido do Exercício	-	9.987.679,10
Distribuição do Valor Adicionado			Dividendos	-	(12.016.183,10)
Pessoal e Encargos	8.432.302,88	9.947.894,95	Saldos em 31/12/2018	3.000.000,00	11.984.374,12
Impostos, Taxas e Contribuições	7.154.360,66	7.378.979,66	Dividendos de R\$ 0,00 por ação ordinária integral, R\$ 0,00 por ação preferencial "A", R\$ 0,00 por ação preferencial "B".		
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	9.987.679,10	8.983.547,93	Reserva de Lucros	Legal	Total
Valor Adicionado Distribuído	25.574.342,64	26.310.422,54	Saldos em 31/12/2017	14.012.878,12	-
			Reversão para Lucros Acumulados	-	9.987.679,10
			Destinação de parte do Lucro Líquido	(12.016.183,10)	-
			Saldos em 31/12/2018	1.996.695,02	9.987.679,10

Notas Explicativas

A sociedade Construtora Anastácio S/A registrada na JUCESP sob nº 35.300.483.618 em sessão de 20/10/2015 vem através desta explicar as seguintes observações: A sociedade novamente apresentou uma leve queda em

seu faturamento cerca de 5% em relação ao exercício anterior, reflexos de alguns contratos findados e não renovados por falta de licitações Públicas. Em contrapartida houveram reduções significativas nos custos dos serviços prestados e nas despesas administrativas e pessoais cerca de 5% dos totais do período anterior. Com isso a empresa apresentou um resultado maior que o exercício anterior cerca de 5%, efetuando assim uma distribuição de dividendos maior que a anterior e ainda manteve um saldo de reserva de

lucros conceituável. A sociedade manteve-se estruturada financeiramente e apresentou seus índices econômicos - financeiros dentro das médias consideráveis para atender e concorrer em futuras licitações Públicas.

Idalgo Elias Santos - Diretor Presidente
Josias Merchan de Santana - Contador - TC/CRC: 1SP137805/O-0